

**SOBRE A ESTRUTURA E O FUNCIONAMENTO DOS CONSELHOS
EM HANNAH ARENDT**

**ON THE STRUCTURE AND FUNCTIONING OF COUNCILS IN
HANNAH ARENDT**

José João Neves Barbosa Vicente¹

Recebido em: 06/2021

Aprovado em: 11/2021

Resumo: Os conselhos não são para Hannah Arendt simples ideias ou teorias; em seu livro *Da revolução*, os conselhos são apresentados como exemplos concretos de espaços de liberdade e ação política que sempre surgiram no curso das “genuínas revoluções”. Portanto, na teoria política de Hannah Arendt, os conselhos aparecem como um dos elementos fundamentais e, em sua visão, o sistema de conselhos é a única alternativa viável para o sistema de partidos políticos presente na democracia representativa. O objetivo deste artigo é analisar e apresentar, ainda que de forma resumida, a estrutura e o funcionamento dos conselhos na teoria política de Hannah Arendt, destacando suas potencialidades e suas vantagens em relação ao sistema de partidos políticos.

Palavras-chave: Liberdade; Participação política; Revolução; Sistema de conselhos; Sistema de partidos políticos.

Abstract: For Hannah Arendt, councils are not simple ideas or theories; in her book *On Revolution*, councils are presented as concrete examples of spaces of freedom and political action that have always arisen in the course of "genuine revolutions. Therefore, in Hannah Arendt's political theory, councils appear as one of the fundamental elements and, in her view, the council system is the only viable alternative to the political party system present in representative democracy. The purpose of this article is to analyze and present, even if briefly, the structure and functioning of councils in Hannah Arendt's political theory, highlighting their potential and advantages in relation to the political party system.

Keywords: Freedom; Political participation; Revolution; Council system; Political party system.

Hannah Arendt é, sem dúvida, uma das figuras mais importante do pensamento político ocidental; sua obra, de um modo geral, não apenas contribuiu para a compreensão do “fenômeno totalitário” do século XX, mas também se tornou imprescindível para a

¹ Professor de Filosofia da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). Email: josebvicente@gmail.com

compreensão da política, principalmente em nossa época. O objetivo aqui, no entanto, não é realizar um estudo sistemático e abrangente sobre sua compreensão dos regimes totalitários e nem sobre sua teoria política, mas sim analisar e refletir sobre sua ideia de conselhos e destacar a sua estrutura e o seu funcionamento, especialmente como aparecem em seu livro *Da revolução* (1988). Essas análises e reflexões sobre o sistema de conselhos na teoria política de Hannah Arendt se mostram necessárias, principalmente porque, para ela, os conselhos são verdadeiros espaços de liberdade que sempre surgiram no curso das “genuínas revoluções” de modo espontâneo e fora do âmbito dos partidos políticos, sem qualquer tipo de influência ou interferência de um “líder” ou “representante” do povo e, potencialmente, eles são a “única alternativa” para o “sistema de partidos” que, na democracia representativa contemporânea, funciona como a única forma de mediação política e não conseguem proporcionar espaços suficientes para a ação política ativa dos cidadãos (VICENTE, 2020). O sistema de conselhos, por sua vez, como destacou Hannah Arendt em sua teoria política, é um órgão político por natureza e pode, de fato, ao contrário do sistema de partidos políticos, proporcionar espaços verdadeiros e suficientes para uma efetiva participação política dos cidadãos.

Neste texto, o centro da reflexão não é necessariamente o sistema de partidos políticos, mas é importante mencioná-lo, ainda que de modo breve, para tornar mais clara a proposta desta reflexão, cujo objetivo maior consiste em analisar e apresentar a estrutura e o funcionamento dos conselhos que, de acordo com a teoria política de Hannah Arendt, são verdadeiros espaços que, ao contrário do sistema de partidos políticos, são capazes de proporcionar espaços suficientes e adequados para que todos possam exercer efetivamente sua participação política na presença de seus pares, por meio de ação e do discurso. Para Hannah Arendt, o sistema de conselhos e o sistema de partidos políticos são dois “órgãos” que se distinguem um do outro no modo como surgem, isto é, o primeiro nasce sempre no curso das verdadeiras revoluções a partir das “ações e demandas espontâneas do povo”, sem qualquer tipo de previsão ou influência ideológica e nem se trata de uma ação ou atitude pré-concebida por uma “teoria sobre a melhor forma de governo”; o segundo, por sua vez, não nasce “durante uma revolução”, ele sempre “precede” as revoluções ou se desenvolve “a partir da extensão do sufrágio popular” (ARENDR, 1958, p.30; 1988, p.216). Ainda de acordo com Hannah Arendt, além de se distinguir do sistema de partidos políticos no modo como surge, o sistema de conselhos é também diferente em sua estrutura e funcionamento. Por ser um órgão essencialmente político e por estar sempre livre de toda e qualquer organização burocrática, o sistema de conselhos tem uma grande vantagem em relação ao sistema de partidos políticos; como destacou Hannah

Arendt, no sistema de conselhos o “poder não vem nem de cima nem de baixo, mas é dirigido horizontalmente” (ARENDR, 1973, p.198). Aqui, portanto, todos podem participar ativamente da vida política do seu país na condição de iguais. Diferente do sistema de partidos, o sistema de conselhos mantém uma relação ativa com a sociedade, não é hierarquizado e nem coordenado por “especialista”.

O sistema de conselhos é, de acordo com a teoria política de Hannah Arendt, essencialmente político, principalmente porque proporciona a todos os cidadãos condições iguais para a efetiva participação política, sem qualquer tipo de exigência prévia. Seu funcionamento encontra-se fundamentado basicamente em uma relação horizontal e não vertical, como acontece, por exemplo, com o sistema de partidos. Na política baseada no sistema de conselhos todos os cidadãos podem deliberar de maneira conjunta e “nutrir”, como disse Nye (1994, p.191), “as virtudes políticas do juízo, confiança, integridade e coragem”. Ninguém é “maior” ou “menor”; não há um “chefe” ou “líder” que determina ou define de forma vertical as orientações ou os caminhos a serem seguidos pelos outros. Portanto, em termos arendtianos, como destacou Abreu (2004, p.82), enquanto no sistema de partidos o “comando do partido” é quem diz como as “células menores” devem se organizar, no sistema de conselhos a “posição de comando” é destinada aos indivíduos “escolhidos pelos conselhos ‘inferiores’ segundo sua idoneidade e talento político”. Ainda de acordo com observações de Abreu, a estrutura dos conselhos permite que, “no interior de cada um deles”, permaneça a “igualdade entre seus membros”. Assim, todos podem exercer sua liberdade sem qualquer tipo de empecilho, por meio de ação “em conjunto” e debates sobre “os assuntos públicos mediante a manifestação de suas opiniões”. O sistema de conselhos é, portanto, para Hannah Arendt, um órgão de ação que se situa no extremo oposto do sistema de partidos políticos; e o que ela mais aprecia no sistema de conselhos, como observou Forti (2001, p.316-317), é o “seu caráter de veículo da exigência de participação e difusão do poder, contra a ‘profissionalização’ da política em aparatos dos partidos”. O objetivo dos conselhos é sempre a participação política ativa dos cidadãos, jamais a representação política desses indivíduos.

Nos conselhos, como já foi mencionado anteriormente, não há um “líder” específico ou um “profissional” com a missão de elaborar normas e diretrizes a serem seguidas pelos outros; em outras palavras, não existe uma cúpula pré-definida detentora do poder ou de um conhecimento político superior e que deve ser obedecida e seguida por todos os outros membros. No seio dos conselhos a ideia dessa “cúpula” encontra-se disseminada entre todos os seus membros que escolhem seus representantes para tarefas específicas que, em hipótese

alguma, constituem uma “carreira” ou uma “profissão”. De acordo com a teoria política de Hannah Arendt, nos conselhos são os membros que fazem as escolhas de “seus representantes para o conselho imediatamente superior”; e quem seleciona esses “representantes” são os “seus companheiros”. Todo esse processo é executado sem qualquer tipo de “pressão, seja de cima, seja de baixo”. É por isso que, ainda de acordo com a teoria política de Hannah Arendt, no sistema de conselhos a posição dos “representantes” é respaldada e fundamentada unicamente “na confiança de seus iguais”. E a ideia dessa “igualdade” não é baseada em algo “natural”, ela é uma igualdade “política”, portanto, não se trata, em hipótese alguma, de algo que se adquire ou se possui, por exemplo, “por direito de nascença”; refere-se à igualdade daqueles que se comprometem “numa empresa conjunta” e se encontram engajados nela. Ainda de acordo com observações de Hannah Arendt, todos os “representantes” eleitos e enviados ao “conselho superior imediato” se encontram “novamente entre seus pares” nesse espaço. E isso acontece principalmente porque no sistema de conselhos “os representantes de qualquer nível” que possa ser considerado, são sempre aqueles indivíduos que receberam “um voto especial de confiança” (ARENDR, 1988, p.222). Portanto, como se pode observar até aqui, o sistema de conselhos como descrito por Hannah Arendt em sua teoria política, se distingue nitidamente do sistema de partidos políticos, principalmente em sua estrutura e em seu modo de funcionamento; além disso, diferente do sistema de partidos políticos, o sistema de conselhos é capaz de proporcionar espaços adequados e suficientes para que todos os cidadãos possam exercer, na condição de igualdade, sua participação política de forma ativa e efetiva na presença de seus pares.

Nesse sentido, em consonância com a teoria política de Hannah Arendt, pode-se afirmar que, de um modo geral, um governo cuja fundamentação política encontra-se baseada no sistema de conselhos que, como já foi mencionado anteriormente, a liberdade dos cidadãos se manifesta entre seus pares na forma de participação política ativa e efetiva, certamente evitaria que grande parte dos indivíduos que habitam um determinado país ficasse mercê ou “refém” dos partidos políticos demagógicos e seus interesses ou “programas”. Em termos arendtianos, apenas um governo baseado no modelo de sistema de conselhos tem condições de proporcionar a todos os cidadãos condições ou espaços propícios e suficientes para uma verdadeira participação política. Para Hannah Arendt, o sistema de conselhos é uma alternativa ideal para o sistema de partidos políticos que, para ela, não conseguiu proporcionar espaços adequados e suficientes para uma verdadeira ação política dos homens. Assim, de acordo com Hannah Arendt, como destacou Duarte (2000, 313), para que um governo seja capaz de funcionar adequadamente e permitir “o exercício da felicidade pública por parte de todos aqueles para

quem a felicidade não se restringe à fruição privada da liberdade”, ele precisa basear-se não no modelo de sistema de partidos políticos, mas sim no modelo de sistema de conselhos. De um modo geral, de acordo com a teoria política de Hannah Arendt, pode-se dizer que, enquanto no sistema de partidos políticos somos quase todos “nada mais do que eleitorados manipulados”, no sistema de conselhos todos nós temos a oportunidade de expressar nossas opiniões e ouvir as opiniões dos outros e, nesse sentido, “uma formação racional de opinião pode ter lugar através da troca de opiniões”. Ainda de acordo com Hannah Arendt, em um governo baseado no sistema de conselhos, as ideias ou opiniões de cada cidadão serão ouvidas e debatidas; nesse sistema onde todos têm voz e suas ideias e opiniões são ouvidas e discutidas pelos outros, não haverá dúvidas sobre quem “é o melhor indicado para apresentar nossos pontos de vista diante do conselho mais alto seguinte, onde nossos pontos de vista serão esclarecidos pela influência de outros pontos de vista, revisados, ou seus erros corrigidos” (ARENDR, 1973, p.200). O sistema de conselhos é, portanto, um dos elementos fundamentais da teoria política de Hannah Arendt e imprescindível para a compreensão do seu pensamento político e, principalmente, da sua crítica a democracia representativa baseada no sistema de partidos políticos.

Em termos gerais, o sistema de conselhos como descrito na teoria política de Hannah Arendt, compõe um complexo processo de “coordenação e integração, através da formação de conselhos superiores, de caráter regional ou provincial”; são nesses conselhos que se escolhem “os delegados para uma assembleia representativa de todo o país”. Ainda de acordo com Hannah Arendt, o objetivo principal dos conselhos, cujo nascimento encontra-se totalmente desligada de qualquer tipo de especulação teórica ou partidária, é o “estabelecimento de um novo corpo político” (ARENDR, 1988, p.213). Como princípio de organização, o sistema de conselhos é completamente diferente do modo como funciona o sistema de partidos políticos na democracia representativa contemporânea. Nas palavras de Hannah Arendt, o sistema de conselhos “começa de baixo, continua para cima e afinal leva a um parlamento” (ARENDR, 1973, p.200). Os membros dos conselhos de bairro, por exemplo, se reúnem em assembleia e discutem assuntos do bairro, escolhem aquele que acreditam ser capaz de representá-los no conselho superior ou regional, os membros deste conselho escolhem aqueles que, finalmente, estarão presentes no conselho nacional. De um modo geral, “cada conselho superior”, como destacou Havercroft (2011, p.238), “é composto por delegados escolhidos nos conselhos inferiores”; essa escolha dos delegados não é realizada, por exemplo, pelos partidos políticos, mas sim por cidadãos que os conhecem pessoalmente. Assim, em Hannah Arendt, na política baseada no sistema de conselhos, “as alegrias da felicidade pública e as responsabilidades dos

negócios públicos” passam a ser “o quinhão daquela minoria, advinda de todas as esferas sociais, que anseia pela liberdade pública e que não pode ser ‘feliz’ sem ela”. Ainda de acordo com observações da autora, “politicamente” os delegados escolhidos pelos cidadãos que, de fato, os conhecem, “são os melhores, e é a obrigação de um bom governo, e a marca registrada de uma república bem organizada assegurar-lhes o lugar a que legitimamente fazem jus no ordenamento público” (ARENDDT, 1988, p.223). Portanto, em termos arendtianos, o sistema de conselhos com sua forma de escolher os delegados, possui várias “potencialidades” que apenas serão concretizadas, de fato, quando esse sistema estiver efetivamente em funcionamento.

Assim, como disse Hannah Arendt, “pormenorizar” essas “potencialidades dos conselhos” é algo “tentador”, mas o “mais prudente” não é detalhar todas as suas potencialidades, mas sim “concordar com a afirmativa de Jefferson: ‘vamos iniciá-los, nem que seja apenas com um único propósito, e logo se tornará evidente para que outros objetivos serão também os melhores instrumentos’” (ARENDDT, 1988, p.223). Hannah Arendt, portanto, não tem nenhuma dúvida em relação às potencialidades do sistema de conselhos e, em especial, sobre a sua eficácia política; para ela, os conselhos são alternativas viáveis para o sistema de partidos políticos. Além de ser diferente do sistema de partidos políticos em seu nascimento, sua estrutura e seu funcionamento, o sistema de conselhos é, para Hannah Arendt, o único capaz de proporcionar a todos os cidadãos espaços suficientes e adequados para uma efetiva e ativa participação política. No sistema de conselhos todos os delegados que participam dos conselhos seguintes, são escolhidos pelos seus pares. Ou seja, eles não são selecionados, em hipótese alguma, pela “máquina” dos partidos políticos e apresentados posteriormente aos eleitores como alternativas de escolhas. Em outras palavras, diferente do que acontece no sistema de partidos, no sistema de conselhos a escolha dos delegados/representantes não é motivada, por exemplo, “por um programa, plataforma ou ideologia”, mas exclusivamente pela sua “coragem” e “integridade pessoal”. Como observou Fry (2009, p.62), é como se eles “selecionassem a si próprios”; isso significa, em termos da teoria política de Hannah Arendt, que um governo baseado no sistema de conselhos “representaria o fim do sufrágio universal, tal como o entendemos hoje” (ARENDDT, 1988, p.223). Esse “fim do sufrágio universal” aconteceria principalmente porque somente os “membros voluntários de uma ‘república elementar’” que demonstrassem que, de fato, as suas preocupações não se limitam apenas à sua felicidade pessoal, mas abrangem igualmente o estado geral das coisas públicas, teriam o direito de ser ouvidos, na condução dos negócios da república (ARENDDT, 1988, p.223). Portanto, o funcionamento do sistema de conselhos provocaria uma mudança profunda nas práticas

políticas mais comuns e conhecidas.

De acordo com a teoria política de Hannah Arendt, a grande vantagem do sistema de conselhos, como observou Canovan (1992, p.236), é que nele os cidadãos “participam diretamente na política através dos seus conselhos locais” e escolhem seus “representantes para o próximo nível”, considerando unicamente suas “qualidades pessoais” e não o “seu alinhamento ideológico partidário”. Um governo baseado no sistema de conselhos no qual cada cidadão tem o seu lugar no espaço público, participa das decisões e se responsabiliza por elas, se constitui certamente no formato de “uma pirâmide”, mas é preciso ressaltar que, em Hannah Arendt, apesar de tomar a forma de “uma pirâmide”, em um governo baseado no sistema de conselhos, o espaço público e a política autêntica permanecem preservados, principalmente porque nesse tipo de governo a autoridade não parte jamais do alto, sua origem encontra-se diretamente ligada a cada nível da pirâmide e se ascende de forma gradual pela necessidade que se impõe de gerenciamento, deliberação e execução. A autoridade em um governo baseado no sistema de conselhos, não origina diretamente de uma única pessoa ou simplesmente de um grupo específico de pessoas, mas sim de cada nível que constitui a totalidade da pirâmide. É verdade que, para Hannah Arendt, a “forma de pirâmide” que tomam todos os governos plenamente desenvolvidos sobre o sistema de conselhos, não é um “perfil” ou uma imagem atraente, pelo menos à primeira vista, principalmente porque esse formato piramidal se assemelha ao “perfil de um governo essencialmente autoritário”; mas, ainda de acordo com a autora, é preciso lembrar “que em todo o governo autoritário de que se tem notícia, a autoridade é escalonada de cima para baixo”, por outro lado, no governo baseado no sistema de conselhos, “a autoridade” não é “gerada nem no topo nem na base, mas em cada camada da pirâmide”. Em termos arendtianos, isso pode “se constituir na solução de um dos problemas mais sérios de toda a política moderna, que não é propriamente como harmonizar liberdade e igualdade, mas como conciliar igualdade e autoridade (ARENDR, 1988, p.222). Fica assim evidente que o formato piramidal que tomam os governos baseados no sistema de conselhos, não é, para Hannah Arendt, empecilho ou dificuldade, mas sim se trata de mais uma das vantagens desse sistema em relação ao sistema de partidos políticos.

Percebe-se, portanto, que no sistema de conselhos como aparece na teoria política de Hannah Arendt, se avança até o vértice da pirâmide tendo um conselho nacional para assuntos de interesse nacional e conselhos locais e regionais para questões próprias desses seguimentos territoriais. De um modo geral, o objetivo dos conselhos em Hannah Arendt, como observou Forst (2014, p.174), “não é fortalecer ‘o poder dos muitos’, mas ‘dividir os muitos’” em grupos

organizados geograficamente de acordo com ocupação ou de alguma outra forma, desde que sejam capazes de enviar para as assembleias, conforme o modelo piramidal, delegados que se distinguem pela sua integridade e competência, isto é, delegados que não se envolvem nas “políticas” guiadas por interesses, mas sim que busquem o bem comum. Ainda de acordo com a teoria política de Hannah Arendt, é importante entender que, quando se trata de conselhos, nenhum deles precisa necessariamente nascer grande; na verdade, de acordo com a autora, os conselhos ou esses locais de discussões e trocas de opiniões entre os cidadãos que posteriormente serão apresentadas e partilhadas na esfera nacional, não precisam surgir como um grande evento ou uma reunião grandiosa, eles podem começar “bem pequenos”, como por exemplo, “conselhos de vizinhança, conselhos profissionais, conselhos dentro de fábricas, conjuntos residenciais, e assim por diante”. Ainda de acordo com Hannah Arendt, os conselhos não precisam ser de um “tipo” apenas, eles podem ser “dos mais variados tipos, não somente conselhos de trabalhadores” (ARENDDT, 1973, p.200). O importante para Hannah Arendt, não é, portanto, o tamanho ou o tipo de conselhos, mas sim que eles se tornem, de fato, a base dos governos; afinal, os conselhos são verdadeiros espaços de liberdades e são os únicos com condições ou potencialidades para proporcionar espaços próprios para que todos os cidadãos possam, de fato, participar da vida política do seu país.

No sistema de conselhos o povo participa de forma ativa nos debates inerentes à vida do país em todas as regiões, possibilitando que discussões de problemas nacionais ocorram a partir de níveis locais, atendendo assim as demandas políticas do país inteiro. Essa visão de Hannah Arendt de um governo baseado no sistema de conselhos é, sem dúvida, contrária à realidade política praticada pela democracia representativa contemporânea baseada no sistema de partidos políticos, na qual o envolvimento do povo consiste apenas em depositar seu voto na urna nos dias de eleição, mas não basta fazer apenas esse tipo de observação, é preciso sublinhar também que o sistema de conselhos representa para a autora “a única alternativa democrática que conhecemos para o sistema de partidos” (ARENDDT, 1958, p.30), e apenas ele possibilita em qualquer país, independentemente da sua extensão territorial, “certo número de espaços públicos” onde os cidadãos possam se reunir, discutir, trocar opiniões e decidir sobre a vida política do seu país; em um governo baseado no sistema de conselhos, os conselhos se proliferam por toda parte inteiramente independentes uns dos outros, como aconteceram, por exemplo, nas revoluções Russa de 1917 e Húngara de 1956, onde surgiram “conselhos de trabalhadores, soldados e camponeses, no caso da Rússia, e conselhos dos mais diferentes tipos, na Hungria”, como, por exemplo, “os conselhos de bairro, que surgiram em todos os distritos

residenciais, os chamados conselhos revolucionários, formados durante as lutas de rua, conselhos de escritores e artistas, formados nos cafés e bares de Budapeste”, além de outros conselhos, como os “de jovens e estudantes nas universidades”, bem como os “conselhos de operários nas fábricas” e os “conselhos no exército, no serviço público civil, e assim por diante” (ARENDR, 1988, p.213). Portanto, não há um tipo específico de conselho e nem um limite determinado em termos de quantidade de conselhos que possa surgir ou se formar em um determinado país. De um modo geral, os conselhos são, em termos políticos, um sistema que contribui efetivamente para proporcionar verdadeiros espaços de ação política, mas para isso, é preciso inicia-los ou efetivá-los e não cair na tentação de apenas destacar as suas potencialidades e vantagens.

Também é importante destacar que, apesar de funcionar como verdadeiros espaços de liberdade e participação política, a proliferação dos conselhos em um país ou uma nação cujo governo se baseia no sistema de conselhos, não significa necessariamente que todos os cidadãos terão que ser membros de um dos conselhos e participar ativamente nos “assuntos públicos”, apesar desses “assuntos” serem, por definição, em termos arendtianos, algo de interesse da “totalidade dos cidadãos”. Hannah Arendt está ciente de que a experiência política nunca fez parte efetivamente da vida de todas as pessoas; não há nenhum registro na história da humanidade onde se constatou que, em um determinado país, todos os seus habitantes tiveram efetivamente uma experiência política. Hannah Arendt também sabe que, dentro de um país, nem todos têm, de fato, “paixões políticas”, isto é, “a coragem” e aquela “ambição que anseia pela excelsitude”, mas é preciso mesmo assim que a cada indivíduo seja dada a oportunidade de participar ativamente nas questões políticas, pois desse modo, “qualquer um que não esteja interessado em assuntos públicos, terá simplesmente que satisfazer com o fato de eles serem decididos sem ele” (ARENDR, 1973, p.201). Portanto, apesar dos conselhos serem verdadeiros espaços de liberdade e participação política ativa e efetiva destinados a todos os cidadãos, ninguém é obrigado a participar, mas todos aqueles que optarem por não participar de um dos conselhos, não poderão ignorar o fato de que as decisões serão tomadas sem eles.

Quem decide se participa ou não das discussões e dos debates sobre assuntos públicos que acontecem nos conselhos, não é uma outra pessoa e nem qualquer tipo de “organismo externo”, mas sim o próprio cidadão; ou seja, a decisão de participar ou não de um dos conselhos é sempre exclusivamente dele, nenhum outro membro, portanto, tem o poder, o direito ou a autoridade de impedi-lo ou de obrigá-lo. Não se interessar em participar como membro de um conselho, ou em outras palavras, excluir-se a si mesmo dos debates e das discussões sobre os

assuntos públicos, não significa, para Hannah Arendt, em hipótese alguma, “uma discriminação arbitrária”; para ela, esse ato ou esse tipo de atitude, na verdade, serve para dar “consistência e realidade a uma das mais importantes liberdades negativas de que desfrutamos desde o final do mundo antigo, a qual seja, a liberdade em relação à política” (ARENDDT, 1988, p.223). Todos aqueles que escolhem a si próprios para participar efetivamente nas discussões e nos debates que ocorrem nos conselhos possuem, de fato, “paixões políticas”, apreciam as discussões, as deliberações e as tomadas de decisões sobre assuntos públicos que, de um modo geral, interessam a todos. Aquele que participara das discussões nos conselhos, certamente, como observou Parekh (1981, p.170), “não deve seu poder à maquinação política ou burocratas do partido”. Portanto, apesar de não ser obrigatória a participação dos cidadãos nos conselhos, é importante ressaltar que quanto mais participantes, mais forte será a política².

Referências:

ABREU, Maria Aparecida. *Hannah Arendt e os limites do novo*. Rio de Janeiro: Azougue Editorial, 2004.

ARENDDT, Hannah. **Da revolução**. Trad. Fernando Dídimo Vieira. Brasília: UnB, 1988.

ARENDDT, Hannah. Totalitarian imperialism: reflections on the Hungarian Revolution. **Journal of politics**, v.20, n°1, p.5-43, fev, 1958.

ARENDDT, Hannah **Crises da república**. Trad. José Volkmann. São Paulo: Perspectiva, 1973.

CANOVAN, Margaret. **Hannah Arendt: A reinterpretation of her political thought** Cambridge: Cambridge University Press, 1992.

DUARTE, André. **O pensamento à sombra da ruptura: política e filosofia em Hannah Arendt**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

FORST, Rainer. The republicanism of fear and of redemption: on the topicality of Hannah Arendt’s political theory. In: **Justification and critique: towards a critical theory of politics**. Translated by Ciaran Cronin. Cambridge: Polity Press, 2014.

FORTI, Simona. **Vida del espíritu y tiempo de La polis: Hannah Arendt entre filosofia y política**. Trad. Irene Romera pintor y Miguel Àngel Veja Cernuda. Madrid: Cátedra, 2001.

FRY, Karin. **Arendt: a guide for the perplexed**. London: Continuum, 2009.

HAVERCROFT, Jonathan. **Captives of sovereignty**. Cambridge: Cambridge University Press,

² Este artigo foi desenvolvido a partir de ideias e conteúdos presentes na pesquisa realizada pelo autor no curso de pós-graduação na UFBA, sob a orientação do professor Dr. Genildo Ferreira da Silva.

2011.

NYE, Andrea. **Philosophia**: the thought of Rosa Luxemburg, Simone Weil and Hannah Arendt. New York: Routledge, 1994.

PAREKH, Bhikhu. **Hannah Arendt and the search for a new political philosophy** London: Macmillan, 1981.

VICENTE, José João Neves Barbosa. Arendt e a democracia representativa: comentários introdutórios. **Sapere Aude: Revista de Filosofia**, v. 11, p. 70-81, 2020.